

COLETA

ITÁ ENERGÉTICA S.A.  
CNPJ Nº 01.355.994/0001-21  
NIRE Nº 35.300.146.689



JUCESP PROTOCOLO  
77246/01-9



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS  
REALIZADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2000  
(lavrada sob a forma de sumário, de acordo com a autorização contida  
no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei n.º 6.404/76)

**DATA, HORA E LOCAL:**

Vinte e seis de dezembro de 2000, às 10 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra 986, 12º andar.

**CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:**

Sanada a falta de convocação, nos termos do § 4.º do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76, por estarem presentes todos os acionistas da Companhia.

**MESA:**

Presidente: Sr. Paulo Procopiak de Aguiar  
Secretário: Sr. Mauricio Stolle Bähr

**DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS:**

Tendo sido considerada regular a assembléia nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76, foi aprovado, por unanimidade de votos, re ratificar as deliberações 1, 2 (e seus subitens), 3 e 4, constantes da ata da assembléia geral extraordinária realizada em 27 de setembro de 2000, que passam a vigorar com a seguinte redação:

- "1. autorizar a Companhia a proceder, junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), ao registro de companhia aberta nos termos do disposto na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1992, com o objetivo de realizar emissão de debêntures para distribuição pública com negociação em mercado de balcão, ficando a Diretoria desde já autorizada a praticar todos os atos necessários para tanto que não sejam de competência exclusiva da assembléia geral ou do conselho de administração;"
- "2. autorizar a Companhia a proceder à emissão de debêntures para distribuição pública ("Debêntures"), com as seguintes características:
  - 2.1 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$168.000.000,00 (cento e sessenta e oito milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
  - 2.2 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal") na Data de Emissão.
  - 2.3 *Quantidade.* Serão emitidas 16.800 (dezesesseis mil e oitocentas) Debêntures.
  - 2.4 *Séries.* As Debêntures serão emitidas em 2 (duas) séries, sendo cada série composta de 8.400 (oito mil e quatrocentas) Debêntures. A Companhia não poderá colocar a segunda série antes de colocadas todas as Debêntures da primeira série ou cancelado o saldo não colocado.
  - 2.5 *Convertibilidade e forma.* As Debêntures serão não conversíveis em ações, emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures.

Adicionalmente, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND.

2.6 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie subordinada.

2.6.1 *Obrigação adicional.* Nos termos do Contrato de compartilhamento de garantias, a ser celebrado até a data da primeira publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures entre a Companhia, o agente fiduciário dos debenturistas ("Agente Fiduciário"), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES") e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. ("Unibanco") ("Contrato de Compartilhamento de Garantias"), e em garantia do pagamento integral e tempestivo de todos os valores devidos pela Companhia aos debenturistas nos termos da escritura de emissão a ser celebrada entre a Companhia, o BNDES e o Agente Fiduciário ("Escritura de Emissão"), ao BNDES nos termos do contrato de financiamento mediante abertura de crédito, a ser celebrado até a data da primeira publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures entre a Companhia e o BNDES ("Contrato de Empréstimo do BNDES"), e ao Unibanco nos termos do contrato de empréstimo, a ser celebrado até a data da primeira publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures entre a Companhia e o Unibanco ("Contrato de Empréstimo do Unibanco"), serão compartilhados entre os debenturistas, o BNDES e o Unibanco (i) o penhor dos direitos creditórios de titularidade da Companhia decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica, a serem celebrados até a data da primeira publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures entre a Companhia e a Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. – Gerasul ("Gerasul"), a Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") e a Companhia de Cimento Itambé ("Itambé") (em conjunto, "Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica"); e (ii) o penhor dos direitos creditórios de titularidade da Companhia contra o banco depositário dos recursos decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica ("Banco Depositário"), a serem constituídos pela Companhia em favor dos debenturistas (representados pelo Agente Fiduciário), do BNDES e do Unibanco nos termos e condições do contrato de penhor de direitos creditórios, a ser celebrado até a data da primeira publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures entre a Companhia, o Agente Fiduciário (representando os debenturistas), o BNDES, o Unibanco, a Gerasul, a CSN, a Itambé e o Banco Depositário ("Contrato de Penhor de Direitos Creditórios" e, em conjunto com o Contrato de Compartilhamento de Garantias, "Contratos de Garantia").

2.7 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes do coordenador da emissão de Debêntures que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.

2.8 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

2.9 *Data de emissão.* A data de emissão das Debêntures será 1º de dezembro de 2000, para as 2 (duas) séries ("Data de Emissão").

2.10 *Prazo e data de vencimento.* O prazo das Debêntures da primeira série será de 156 (cento e cinquenta e seis) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de dezembro de 2013. O prazo das Debêntures da segunda série será de 150 (cento e cinquenta) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2013.

2.11 *Prazo de subscrição e forma de integralização.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a segunda publicação do anúncio de início de distribuição, as

Debêntures de cada série serão subscritas em até 6 (seis) meses contados da data do deferimento do respectivo registro da respectiva série pela CVM ("Prazo de Subscrição"). A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização das Debêntures de cada série será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debêntures de cada série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

- 2.12 *Amortização programada de principal.* As Debêntures da primeira série serão amortizadas anualmente, em parcelas iguais, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2004 e o último, em 1º de dezembro de 2013, por ocasião do vencimento das Debêntures da primeira série. As Debêntures da segunda série serão amortizadas anualmente, em parcelas iguais, a partir do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de junho de 2004 e o último, em 1º de junho de 2013, por ocasião do vencimento das Debêntures da segunda série.

Amortização das Debêntures da Primeira Série		Amortização das Debêntures da Segunda Série	
Data	Valor (R\$) por Debênture	Data	Valor (R\$) por Debênture
01/12/2004	1.000,00	01/06/2004	1.000,00
01/12/2005	1.000,00	01/06/2005	1.000,00
01/12/2006	1.000,00	01/06/2006	1.000,00
01/12/2007	1.000,00	01/06/2007	1.000,00
01/12/2008	1.000,00	01/06/2008	1.000,00
01/12/2009	1.000,00	01/06/2009	1.000,00
01/12/2010	1.000,00	01/06/2010	1.000,00
01/12/2011	1.000,00	01/06/2011	1.000,00
01/12/2012	1.000,00	01/06/2012	1.000,00
01/12/2013	1.000,00	01/06/2013	1.000,00

- 2.13 *Remuneração.* As Debêntures farão jus à remuneração prevista neste item 2.13 ("Remuneração").

- 2.13.1 *Atualização monetária.* As Debêntures terão seu Valor Nominal atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços para o Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), (i) a partir da Data de Emissão até a data do primeiro pagamento da atualização monetária nos termos deste item; e (ii) anualmente após o primeiro pagamento da atualização monetária nos termos deste item, de acordo com a fórmula abaixo. As Debêntures da primeira série farão jus ao pagamento da atualização monetária no 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão e a partir daí, anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2001 e o último, em 1º de dezembro de 2013, por ocasião do vencimento das Debêntures da primeira série. As Debêntures da segunda série farão jus ao pagamento da atualização monetária no 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão e a partir daí,



anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de junho de 2002 e o último, em 1º de junho de 2013, por ocasião do vencimento das Debêntures da segunda série.

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[ 1 + \frac{IGPM_1}{100} \right]^{\frac{d_1}{D_1}} \times \left[ 1 + \frac{IGPM_2}{100} \right]^{\frac{d_2}{D_2}} \times \dots \times \left[ 1 + \frac{IGPM_n}{100} \right]^{\frac{d_n}{D_n}} \right\}$$

Onde:

"VNa" é o Valor Nominal atualizado;

"VNe" é o Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso;

"IGPMn" é a variação do IGPM na forma percentual, relativo ao mês "n";

"dn" é o número de dias corridos do 1º (primeiro) dia do mês de atualização até a data de atualização; e

"Dn" é o número de dias do mês "n" corrente.

O IGPM deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Caso o IGPM não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, será utilizado, em sua substituição, o último IGPM divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias corridos, não cabendo porém quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto por parte dos debenturistas.

Na ausência da apuração e/ou divulgação do IGPM superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para sua divulgação, de extinção do IGPM ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, caberá ao Agente Fiduciário convocar assembléia geral de debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento, para definir, de comum acordo com a Companhia, um parâmetro a ser aplicado que reflita, da melhor forma, o critério utilizado para a apuração do IGPM. Caso debenturistas representando 2/3 (dois terços) de todas as Debêntures em circulação, reunidos em assembléia convocada especialmente para este fim, não aprovem a proposta da Companhia sobre o novo parâmetro e/ou até o momento em que a Companhia e os debenturistas definirem um novo parâmetro, fica desde já acordado que será utilizada taxa equivalente à média aritmética do IGPM divulgado nos últimos 6 (seis) meses para a atualização do Valor Nominal, calculado *pro rata temporis* desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Companhia chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro ou até o vencimento das Debêntures, caso não haja acordo, não cabendo porém quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto por parte dos debenturistas.

- 2.13.2 *Juros remuneratórios.* Às Debêntures da primeira série serão conferidos juros remuneratórios de (i) 12,9% (doze inteiros e nove décimos por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal atualizado na forma do item 2.13.1 acima, calculados exponencialmente por dias corridos, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, desde a Data de Emissão até a Data de Exercício da Primeira Série (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo; e (ii) 9,4% (nove inteiros e quatro décimos por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal atualizado na forma do item 2.13.1 acima, calculados exponencialmente por dias corridos, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, desde a Data de Exercício da Primeira Série até a data de vencimento das Debêntures da primeira série, de acordo com a fórmula abaixo. As Debêntures da primeira série farão jus ao

pagamento dos juros remuneratórios no 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão e a partir daí, anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2001 e o último, em 1º de dezembro de 2013, por ocasião do vencimento das Debêntures da primeira série.

As Debêntures da segunda série serão conferidos juros remuneratórios de (i) 12,9% (doze inteiros e nove décimos por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal atualizado na forma do item 2.13.1 acima, calculados exponencialmente por dias corridos, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, desde a Data de Emissão até a Data de Exercício da Segunda Série (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo; e (ii) 9,4% (nove inteiros e quatro décimos por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal atualizado na forma do item 2.13.1 acima, calculados exponencialmente por dias corridos, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, desde a Data de Exercício da Segunda Série até a data de vencimento das Debêntures da segunda série, de acordo com a fórmula abaixo. As Debêntures da segunda série farão jus ao pagamento dos juros remuneratórios no 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão e a partir daí, anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de junho de 2002 e o último, em 1º de junho de 2013, por ocasião do vencimento das Debêntures da segunda série.

- I. Período compreendido entre a Data de Emissão e a Data de Exercício da Primeira Série, para as Debêntures da primeira série, e entre a Data de Emissão e a Data de Exercício da Segunda Série, para as Debêntures da segunda série.

$$J = V_{Na} \times \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{12,9}{100} \right)^{\frac{n}{360}} \right] - 1 \right\}$$

- II. Período compreendido entre a Data de Exercício da Primeira Série e o vencimento das Debêntures da primeira série, para as Debêntures da primeira série, e a Data de Exercício da Segunda Série e o vencimento das Debêntures da segunda série, para as Debêntures da segunda série.

$$J = V_{Na} \times \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{9,4}{100} \right)^{\frac{n}{360}} \right] - 1 \right\}$$

Onde:

"J" é o valor dos juros remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

"VNa" é o saldo não amortizado do Valor Nominal atualizado na forma do item 2.13.1 acima;

"n" é o número de dias corridos do respectivo Período de Capitalização; e

"Período de Capitalização" é o intervalo de tempo que inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento dos juros remuneratórios da respectiva série, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento dos juros remuneratórios da respectiva série, sendo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

*ma*

- 2.14 *Repactuação.* Não haverá repactuação.
- 2.15 *Direito de venda.* O BNDES obriga-se a adquirir, (i) no primeiro dia útil do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, no dia 1º de dezembro de 2003 ("Data de Exercício da Primeira Série"), a totalidade das Debêntures da primeira série em circulação dos debenturistas que, à exclusiva opção destes, manifestarem interesse em vender todas ou parte das Debêntures da primeira série de que são titulares; e (ii) no primeiro dia útil do 43º (quadragésimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, ou seja, no dia 1º de junho de 2004 ("Data de Exercício da Segunda Série"), a totalidade das Debêntures da segunda série em circulação dos debenturistas que, à exclusiva opção destes, manifestarem interesse em vender todas ou parte das Debêntures da segunda série de que são titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão.
- 2.16 *Resgate antecipado facultativo.* Nas datas de pagamento da Remuneração, a Companhia reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Companhia publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis.
- 2.17 *Aquisição facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 2.18 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas pela Companhia, os débitos em atraso serão acrescidos de Remuneração, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 2.19 *Vencimento antecipado.* Observado o disposto nos itens 2.19.1 e 2.19.2 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II abaixo, dos encargos moratórios previstos no item 2.18 acima, de acordo com o previsto no item 2.19.2 abaixo), na ocorrência dos seguintes eventos:
- I. decretação de falência da Companhia ou pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia;
  - II. não pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal, da Remuneração, das amortizações e de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da respectiva data de vencimento;
  - III. falta de cumprimento, pela Companhia, das demais obrigações previstas na Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, não sanadas em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
  - IV. vencimento antecipado das dívidas da Companhia nos termos do Contrato de Empréstimo do BNDES e do Contrato de Empréstimo do Unibanco, declarado em decorrência de inadimplemento da Companhia em tais contratos; e



V. extinção ou perda, pela Companhia, da concessão do direito de exploração do potencial hidráulico do segmento do Rio Uruguai localizado nos Municípios de Itá, Estado de Santa Catarina, e de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada nos termos do "Contrato de Concessão n.º 003/95 para Geração de Energia Elétrica", datado de 28 de dezembro de 1995, alterado pelo Termo Aditivo n.º 1, datado de 31 de julho de 2000, e alterações posteriores.

2.19.1 Ocorrendo qualquer dos eventos previstos no inciso I do item 2.19 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nos incisos II a V do item 2.19 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da data da ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para, se assim vier a ser aprovado por debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação, declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

2.19.2 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II do item 2.19 acima, dos encargos moratórios, calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento ou, caso já tenham sido efetuados pagamentos de Remuneração, a partir da data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia através de carta protocolada, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos moratórios previstos no item 2.18 acima, que, na hipótese prevista no inciso II do item 2.19 acima, serão calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados."

"3. delegar ao conselho de administração da Companhia competência para (i) alterar, se necessário, as matérias aqui dispostas, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76; e (ii) cancelar as Debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria; e"

"4. autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários ao cumprimento das deliberações ora adotadas, podendo, inclusive, (i) negociar cláusulas da Escritura de Emissão que não estejam aqui definidas, tais como encargos moratórios, publicidade, direito de venda e obrigações adicionais; e (ii) negociar a contratação de (a) instituições financeiras para intermediar a distribuição pública das Debêntures, (b) agente fiduciário, (c) banco mandatário; (d) banco escriturador das Debêntures e (e) quaisquer outros serviços necessários à distribuição pública das Debêntures."

As deliberações desta assembléia cancelam e substituem as deliberações da assembléia geral extraordinária realizada em 27 de setembro de 2000.

#### ENCERRAMENTO:

NADA MAIS HAVENDO A SER TRATADO, FOI LAVRADA A PRESENTE ATA QUE, LIDA, ACHADA CONFORME E UNANIMEMENTE APROVADA, FOI POR TODOS ASSINADA. (A presente cópia é fiel da ata original da Assembléia Geral Extraordinária de Itá Energética S.A., realizada em 26 de dezembro de 2000, lavrada em livro próprio).

(a.a.) Companhia Siderúrgica Nacional, Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. – Gerasul, Companhia de Cimento Itambé, José Paulo de Oliveira Alves, Maurício Stolle Bähr, José Renato Rodrigues Ponte, Manoel Arlindo Zaroni Torres, Paulo Procopiak de Aguiar, Alpha Participações Ltda, Cener S/A, Itambé Participações S.A.

São Paulo, 26 de dezembro de 2000.

*MPT*

Mauricio Stolle Bähr  
Secretário.



CERTIFICADO DE REGISTRO  
SOB O NÚMERO  
16.703/01-7



SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA  
DA CIDADANIA  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO

*Arlete S. Faria L.*  
ARLETE S. FARIA L.  
SECRETÁRIA GERAL

JUCESP